

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.428 - RJ (2019/0251152-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **BRENDON DA CONCEIÇÃO MELLO - MENOR IMPÚBERE**
AGRAVANTE : **KETHLYN CRISTINA DA CONCEIÇÃO - MENOR IMPÚBERE**
REPR. POR : **ANTÔNIO DA SILVA FERREIRA**
REPR. POR : **ROSANA DA CONCEIÇÃO**
ADVOGADOS : **RENATA MELLO LOBO - RJ118869**
: **ROBERTO VENCESLAU VIANNA - RJ133306**
AGRAVANTE : **SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO**
: **S/A**
ADVOGADOS : **LEONARDO PERSEU DA SILVA COSTA - RJ099009**
: **MARCELO VIEIRA PAULO - RJ084472**
: **RENATA BRAZIL SILVA - RJ136721**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE FERROVIÁRIO. MORTE DA GENITORA DOS AUTORES. 1. MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE. *QUANTUM* FIXADO COM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR BRENDON DA CONCEIÇÃO MELLO E OUTRA.

DECISÃO

Brendon da Conceição Mello e Kethlyn Cristina da Conceição, ambos menores impúberes, representados por Antônio da Silva Ferreira e Rosana da Conceição ajuizaram ação indenizatória em desfavor de Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., pleiteando indenização por dano patrimonial e extrapatrimonial, bem como pensão mensal, em razão do falecimento de Kelly da Conceição Ferreira, mãe dos autores, provocado por atropelamento por composição férrea de propriedade da recorrida.

A ação foi julgada parcialmente procedente para condenar a ré ao pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais, para cada autor; e pensão vitalícia em valor correspondente a 1/4 (um quarto) de um salário mínimo, até a data em que

a vítima faria 50 (cinquenta) anos de idade.

Em apelação, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou provimento ao recurso da ré e deu parcial provimento ao apelo dos autores, para majorar o pensionamento para valor equivalente a 1/2 (meio) salário mínimo, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 350-351):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO FATAL DE PEDESTRE EM VIA FÉRREA, CAUSADO POR COMPOSIÇÃO DA EMPRESA RÉ, QUE ATUA COMO CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. RESSARCIMENTO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS POSTULADO PELOS FILHOS MENORES DA VÍTIMA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.

CONCORRÊNCIA DE CAUSAS.

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DIANTE DA ATIVIDADE EXERCIDA PELA RÉ. ARTIGO 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL. PROVAS COLIGIDAS QUE DEMONSTRAM TER A VÍTIMA SE UTILIZADO DE PASSAGEM CLANDESTINA E PERIGOSA, MESMO HAVENDO NO LOCAL PASSARELA EM BOM ESTADO DE USO E PARA TRAVESSIA SEGURA DE PEDESTRES. CONDUTA IMPRUDENTE DA VÍTIMA ALIADA AO DESCUMPRIMENTO, PELA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DO SEU DEVER LEGAL DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DA LINHA FÉRREA.

PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RESP Nº 1.172.421, SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ARTIGO 543-C DO CPC/1973, ENTÃO VIGENTE. CULPA CONCORRENTE CONFIGURADA. DEVER DE REPARAÇÃO DO DANO MORAL QUE SE ESTABELECE NA COMPENSAÇÃO DE VALOR EQUIVALENTE À METADE DO QUE SERIA DEVIDO PELA RÉ, NO CASO DE CULPA EXCLUSIVA.

VERBA COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS CORRETAMENTE ARBITRADA, APLICADA A REDUÇÃO DE CINQUENTA POR CENTO EM RAZÃO DA CONCORRÊNCIA DE CULPAS E OBSERVADAS AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. MAJORAÇÃO DO PENSIONAMENTO EM FAVOR DOS FILHOS MENORES PARA VALOR CORRESPONDENTE A 1/2 (MEIO) SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL PARA CADA AUTOR.

FIXAÇÃO DOS JUROS DE MORA, NO QUE CON CERNE AO DANO MORAL, A CONTAR DO EVENTO DANOSO. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. APLICAÇÃO DO CPC/73, VIGENTE À ÉPOCA DA PROPOSITURA DA AÇÃO. MAJORAÇÃO OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM SEDE RECURSAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO DA RÉ

E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DA PARTE AUTORA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, Brendo da Conceição Mello e outra alegaram violação dos arts. 944 e 945 do Código Civil; e 85, § 9º, do CPC/2015, além da existência de divergência jurisprudencial.

Sustentaram, em síntese, que "o valor fixado a título de indenização por danos morais para cada um dos filhos da vítima, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), é ínfimo e irrisório, considerando-se a extensão do dano, os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a culpa concorrente da vítima fatal" (e-STJ, fl. 460).

Afirmaram que os honorários advocatícios, nos casos de ações de indenização por ato ilícito contra pessoa, devem ser calculados sobre a soma das prestações vencidas acrescidas das 12 (doze) vincendas, devendo incidir sobre as despesas funerárias (danos emergentes), além dos danos morais.

Contrarrazões apresentadas às fls. 508-519 (e-STJ).

Juízo negativo de admissibilidade.

Contraminuta ao agravo juntada às fls. 583-591 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 628-633).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais e materiais será revisto somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorre no caso dos autos.

De fato, a fixação de indenização em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada autor, não se mostra desproporcional, mas condizente com as peculiaridades do caso

concreto, e sua revisão implica a incidência da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA. MORTE. CONCORRÊNCIA DE CULPA. NECESSIDADE DE REDUÇÃO DO DANO MORAL À METADE. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. VALOR RAZOÁVEL. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Segunda Seção desta Corte de Justiça firmou entendimento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, de que, "no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando: (i) a concessionária do transporte ferroviário descumpra o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros; e (ii) a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inadequado" (REsp 1.210.064/SP e REsp 1.172.421/SP, ambos de relatoria do em. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgados em 08/08/2012, DJe de 19/9/2012).

2. Somente é admissível a revisão, em sede de recurso especial, do valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando verificada a exorbitância ou a natureza irrisória da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. No caso, o montante total da indenização, após redução pela metade, alcança R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), sendo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada genitor e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para o irmão da vítima, o que não se mostra exorbitante nem desproporcional aos danos sofridos pelos agravados, mesmo se considerada a culpa concorrente da vítima.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1447727/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 27/08/2019)

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Corrobora esse entendimento os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DE GRAVAME. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE.

1. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.
2. Tratando-se de danos morais, é incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos são distintos.
3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp n 794.875/RS, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2015, DJe 10/12/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MORTE DE FILHO ATROPELADO POR TREM DA CPTM. DOIS RECURSOS. ANÁLISE EM SEPARADO. PRIMEIRO RECURSO. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA 54/STJ. SEGUNDO RECURSO. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. VALOR RAZOÁVEL. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS.

1. "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual" (Súmula 54/STJ).
2. O entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso.
3. Agravos regimentais a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 183.994/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 13/09/2013)

Por fim, "tratando-se de valor da indenização por danos morais, inviável a análise do recurso com base em dissídio pretoriano, pois, ainda que aparentemente possa haver similitude nas características objetivas das lides cotejadas, na dimensão subjetiva, os acórdãos serão sempre distintos, em face das peculiaridades de cada ato ilícito" (AgRg no REsp n. 918.829/ES, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 16/12/2010).

No tocante aos honorários advocatícios, o Tribunal de origem, ao julgar os aclaratórios, consignou que "o cálculo de incidência dos honorários, fixados sobre o valor da condenação, por óbvio, observará a norma do § 5º do artigo 20 do CPC/1973, atual artigo

85, § 9º, calculando-se sobre as prestações vencidas acrescidas das 12 (doze) prestações vincendas" (e-STJ, fl. 442).

Destarte, constata-se a ausência de interesse recursal, no ponto.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PENHORA. LEVANTAMENTO INTEGRAL DE VALORES. SÚMULAS 7 DO STJ E 283 DO STF. HABILITAÇÃO RETARDATÁRIA. FACULDADE. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "O fato de haver penhora anterior ao pedido de recuperação judicial, em nada afeta a competência do Juízo Universal para deliberar acerca da destinação do patrimônio da empresa suscitante, em obediência ao princípio da preservação da empresa" (AgInt no CC 152.153/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 13/12/2017, DJe 15/12/2017) 2. O exame da pretensão recursal de reforma do v. acórdão recorrido exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

4. Quanto à alegação de que o credor possui faculdade de realizar a habilitação retardatária, o entendimento da Corte local está no mesmo sentido da pretensão da parte agravante, carecendo de interesse recursal no ponto.

5. O dissídio jurisprudencial não foi devidamente demonstrado, à míngua do indispensável cotejo analítico.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1518455/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial interposto por Brendo da Conceição Mello e Kethlyn Cristina da Conceição.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator